

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

09 a 15 de Agosto de 1992 Nº50

MOCAMBIQUE: Encontro entre Chissano e Dhlakama.

O tão anunciado encontro entre o presidente de Moçambique Joaquim Chissano e o líder da Renamo Afonso Dhlakama resultou em algo diferente de um mero "jogo de cena", como chegou-se a temer. O encontro produziu uma convenção de quatro páginas, onde os dois lados beligerantes comprometem-se a assinar um acordo de cessar-fogo até 19 de outubro, aceitando ainda que as Nações Unidas desempenhem um papel na preparação das eleições. Mas Dhlakama, já coloca em dúvida a efetividade deste cronograma, afirmando, numa entrevista realizada em Roma em 8 de agosto, que "não vou confirmar que será essa data, embora seja o que nós queríamos que fosse".

A efetividade da declaração conjunta sobre o processo de paz assinada pelos dois homens em Roma dependerá, como a dos acordos anteriores, tanto da auto-confiança política da Renamo quanto dos cuidados legais. O acordo de Bicesse, assinado pelo governo angolano e pela UNITA em maio de 1991, tem funcionado até agora, concordam muitos analistas, devido basicamente à genuína crença da UNITA e do governo de que terão um bom desempenho nas eleições gerais.

O fato que deve estar preocupando os envolvidos no processo moçambicano de paz é que ninguém (e menos que todos a própria Renamo) duvida que pode levar anos a transformação dos rebeldes moçambicanos em uma força política credível. Apesar dos recentes e pouco entusiasmados esforços de estabelecimento de postos de saúde e escolas primárias ao longo da fronteira malawiana, a Renamo permanece objeto de medo e aversão para grande parte da população rural graças às suas ações de extrema brutalidade. Existem poucos sinais de que este aspecto do seu comportamento estaria mudando. Sem uma grande chance de conseguir o poder através das urnas, somado às sombrias agendas de seus apoiantes privados e da direita portuguesa ainda operacional, permanece obscuro qual o benefício que a

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista com Pepetela sobre o seu novo livro: "A geração da Utopia".

p.03

Cronologia dos principais acontecimentos em Moçambique, 1962-1992.

p.04

Steven Lang escreve no Público sobre as relações entre Moçambique e África do Sul.

p.05

Entrevista de Afonso Dhlakama

p.07

Renamo iria obter de uma interrupção da luta, pressupondo que suas forças no terreno aceitem o cessar fogo.

O presidente Chissano articulou as reservas do governo acerca deste ponto quando declarou, antes do encontro, que a Frelimo iria exigir garantias que os membros da Renamo "não vão esconder armas no mato, para usá-las caso as coisas se tornem difíceis". Por outro lado, pode-se argumentar que as perspectivas de longo termo da organização poderão ser problemáticas, caso os seus apoiantes na África do Sul, Malawi e Quênia tendam a voltar sua atenção para as crises políticas internas mais urgentes.

A declaração conjunta, assinada na presença do presidente Mugabe do Zimbábue, dos ministros do Exterior da Itália e de Botswana, Emílio Colombo e Gausitwe Chiepe, dos mediadores italianos da Igreja e do Arcebispo da Beira, apresenta alguns sinais de falta de confiança que a Renamo tem em si em quanto força política. A declaração identifica "a obtenção de paz, democracia e união nacional, baseada na reconciliação nacional" como o "maior desejo de todo o povo de Moçambique". O documento de quatro páginas avança descrevendo como "resultados importantes" os vários protocolos e acordos assinados durante os três anos de negociações. Mas o texto também faz referência à insistência de Dhlakama

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS -- CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro -- Brasil Cep: 20011.

ma que garantias explícitas deveriam ser oferecidas à sua segurança pessoal assim como à dos membros da Renamo, embora não fique definido que eles temem que os ataque.

Dhlakama também insistiu aparentemente que garantias devem ser dadas de que a Renamo será capaz de operar como partido político, apesar da constituição moçambicana ter dispositivos que fornecem a base de um fraco embora funcional pluralismo político. O tópico é referido duas vezes em parágrafos sucessivos do preâmbulo, e novamente no texto principal, mas cada vez com terminologia diferentes.

A declaração vincula os dois signatários a seis itens específicos, dos quais vários expressos em linguagem pouco precisa:

1. garantia de "completa liberdade política", de acordo com princípios democráticos internacionais não especificados;
2. garantia de "segurança pessoal" para todos os moçambicanos e todos os membros de partidos, duas categorias que aparentemente superpõe-se;
3. aceitação da atuação da "comunidade internacional, e especialmente das Nações Unidas", na monitoração do cessar-fogo e das subsequentes eleições;
4. o compromisso do governo, nos termos do Protocolo nº 1 (18.10.1991), de não adotar ou aplicar leis que entrem em conflito com o acordo entre as partes; em troca, a Renamo comprometeu-se a interromper os combates e a comportar-se como um partido político;
5. incorporação, por parte do governo, dos vários acordos e protocolos à lei moçambicana;
6. compromisso de ambos os lados em completar a agenda dos acordos e assinar um cessar-fogo em 19 de outubro.

O importante acordo em aceitar a supervisão das Nações Unidas — ou da comunidade internacional — aparece num momento em que o Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali está tentando persuadir as nações-membros mais ricas que as crises do Terceiro Mundo, tais como a fome e a guerra civil na Somália, devem receber tanta atenção e tanto dinheiro quanto as que ocorrem em suas soleiras, como o colapso da Iugoslávia.

Na prática, apesar da atenção dada pela imprensa a esta participação da ONU no processo, não se tem claro até que ponto ela estará interessada em ou capacitada a, assumir mais uma complexa tarefa de policiamento no Terceiro Mundo, de outra forma que não puramente simbólica.

ANGOLA: A disputa eleitoral parece que finalmente irá esquentar.

Com a realização de uma série de comícios por parte do MPLA em diversas regiões do país, a campanha de José Eduardo dos Santos parece ter dado o impulso necessário para a etapa final da disputa eleitoral. O próprio teor do discurso de José Eduardo foi alterado. O candidato do MPLA direcionou suas baterias, com toda intensidade, para a questão do desrespeito aos direitos humanos na Jamba. De acordo com alguns membros do partido a estratégia do MPLA será mobilizar a sociedade para fazer "renascer o espírito militante de 1975". Com este objetivo o MPLA iniciou uma limpeza nas suas fileiras exonerando os quadros acusados de corrupção.

A UNITA, por sua vez, permanece sem grande agitação, não indo além das acusações de instrumentalização da televisão por parte do governo. A questão é sabermos se tal postura é fruto de uma desmobilização do partido, em virtude de sua dificuldade em administrar uma campanha política ainda com elementos acostumados a estrutura militar ou se na verdade está retardando uma ofensiva que visaria atacar os casos de corrupção no governo. Enquanto isto o partido de Jonas Savimbi continua a acreditar na fidelidade de seu eleitorado, que segundo um membro da Comissão Política "está perfeitamente controlado". (pp. 01 e 02)

ÁFRICA DO SUL: As mudanças deverão ser mais concretas.

As negociações terão de alcançar uma nova dinâmica após o êxito da greve geral e das manifestações de "massas". Estas ações políticas demonstraram que Mandela continua sendo o principal líder sul-africano; que o ANC controla um explosivo e poderoso gatilho político, acionador da pressão das "massas" e da opinião pública internacional; que não só o governo, mas também o grande capital financeiro e industrial, terão que ceder ante às exigências do ANC para a retomada das negociações e; que a participação mais ativa da ONU na mediação da crise sul-africana tornou-se fundamental.

Concluimos (ou reafirmamos) que, sob o signo do pragmatismo, todos esses atores terão que mediar suas propostas em conjunto. Mas, tememos que a tarefa do ANC seja delicada, pois o poder de mobilização demonstrado terá que ser urgentemente traduzido em fatos concretos. As "massas" logo retornarão aos seus afazeres cotidianos, mas aguardando avanços concretos nas conquistas políticas e sociais. (p.12)

À espera das eleições

PLBPLU 22.ª GUINÉA FEIRA 10 AGOSTO 1992

Tony Figueira,
em Windhoek

Estamos a meio da manhã. A poucos metros da câmara, um soldado da UNITA albeia-se do ritmo estonteante de tambores, cantares e danças para executar uma marcha de vitória. "De Menongue a Luanda", canta o seu grupo coral enquanto ele arrasta os pés na poeira de Cazombo. Por trás dele, centenas de soldados a aguardar desmobilização estão de pé, imóveis, em sentido.

Encontramo-nos a mais de um milhar de quilómetros da capital angolana, na camuflagem proporcionada pelo mosaico de savana e eucaliptos cortado pelo rio Zambeze, na sua breve passagem pela extremidade leste da mais extensa província de Angola, o Moxico. A pequena aldeia de Cazombo fica junto a uma curva que o rio descreve antes de regressar ao seu caminho em direcção a sul e à Zâmbia.

Espraçando-se por bairros civis e militares, a área de concentração da UNITA evidencia todas as características do espírito militar do movimento. Estradas cuidadosamente marcadas e sinalizadas, rotundas, cabanas e latrinas cobertas com tectos de colmo, um local de reunião central e subterrâneo e centenas de disciplinados soldados a aguardar instruções.

Enquanto esperam pela desmobilização, os homens mantêm um certo nível de treino físico. "Não há exercícios de combate, mas, como soldados, eles mantêm-se em forma, fazendo uns jogos de futebol ou corridas de corta-mato", diz o brigadeiro Vasco Aurélio, da UNITA, antes de o guia Fernando Chihunde nos mostrar os montes cuidadosamente empilhados de espingardas automáticas AK-47 enferrujadas na tenda de lona que funciona como depósito de armas. Numa das últimas grandes ofensivas da guerra civil, a UNITA bombardeou intensivamente a capital do Moxico, Luena, com morteiros pesados de 101 milímetros, num cerco que durou 45

dias. Mas não se vislumbra em Cazombo uma única peça de artilharia pesada.

Alguns observadores temem que nenhuma das duas facções armadas esteja a entregar todas as suas armas, "para o caso de a guerra rebotar outra vez", alegação refutada pelo coronel do MPLA Manuel Ximenes quando examinamos filas semelhantes de armas, empilhadas no depósito de armas fortificado das tropas governamentais, situado nos arredores da capital provincial do Malanje. Ao contrário do que acontece com a UNITA, as espingardas entregues pelos soldados do MPLA são regularmente limpas e oleadas, para serem utilizadas "pela nossa nova força de defesa nacional", afirma Ximenes.

As condições do tratado de paz, assinado em Maio de 1991 pelo Presidente José Eduardo dos Santos e por Jonas Savimbi, o líder da UNITA, incluem o acantonamento dos cerca de 150 mil soldados, a sua subsequente desmobilização, a recolha e destruição de armas e a formação de umas novas forças armadas unificadas de defesa, com 50 mil homens. "Não é tarefa fácil, quando se tem de fundir duas facções totalmente diferentes e anteriormente inimigas — uma força de guerrilha e um exército convencional", diz um assistente. Ele exprime a preocupação de que os soldados que não venham a ser integrados na força de defesa nacional se voltem para o banditismo como forma de sobreviver ao magro subsídio de desmobilização de 110 mil cuanzas e à difícil adaptação à vida civil.

Guerra, nunca mais!

Apesar disto, a maior parte dos soldados governamentais que aguardam a contagem semanal em Malanje estão ansiosos por voltar à vida civil. Envergando uma miscelânea de camuflados militares, calças de ganga e "t-shirts" com a Torre Eiffel, alinham-se ao acaso, alguns prestando mais atenção aos seus rádios portáteis que à presença do coronel. "Nunca mais voltaremos atrás (à guerra)", diz um deles.

Ximenes gostaria de ter uma varinha de condão para transformar os tanques em tractores. "Tanta terra para cultivar", suspira, acrescentando que durante os tempos coloniais a província do Malanje era o celeiro de Angola.

Hoje, na maior parte das províncias do país, o problema mais urgente é o da fome. Os produtos alimentares, como tu-

do o resto, são importados e, quando existem, são caros ou não estão ao alcance de bolsos dos mais necessitados. Chegar às terras férteis torna-se difícil devido ao estado de destruição das infra-estruturas e às centenas de milhares de minas implantadas no solo.

A pluviosidade desigual veio agravar a situação. No Moxico e na Lunda Sul, fortes chuvas destruíram colheitas inteiras, enquanto as províncias meridionais de Cunene e Cuando Cubango enfrentam uma dura seca. "Não temos comida, nem campos, nem enxadas, nem sementes, nem remédios, nem médicos, nem vestuário", explica Pedro Sukisse, um refugiado, para ilustrar a situação dos deslocados de guerra que aguardam transporte para as suas terras de origem. Abrigados temporariamente em tendas e em cabanas improvisadas feitas de palha e lama seca, os deslocados que se encontram em Matete, no Noroeste do Malanje, culpam a UNITA do seu desenraizamento. "A UNITA maltratou o nosso povo, roubou-nos a comida, o gado, levou-nos os filhos e matou os nossos parentes", afirma uma mulher idosa.

Fontes oficiais calculam que o número de deslocados no interior do país ronda o milhão de pessoas. "A situação é crítica", declara Leo Pavillard, coordenador superior de campo do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), que classifica as graves carências alimentares e a gradual deterioração das condições sociais e económicas como monumentais obstáculos à reintegração dos desmobilizados, dos deslocados e dos exilados na frágil sociedade angolana.

Enquanto centenas de milhares de refugiados nos vizinhos Zaire, Zâmbia e Namíbia aguardam auxílio oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), para regressar a casa, cerca de cinco mil retornados espontâneos já deixaram a Zâmbia e entraram em Angola via Cazombo. Alfredo Semihembo, representante da Federação Mundial Luterana (LWF), optou por ajudar apenas aqueles a quem a UNHCR reconheceu o estatuto de refugiados.

Problemas logísticos

Em Luena, a menos de 300 quilómetros para oeste, Pavillard percebe o êxodo de pessoas, desiludidas das áreas povoadas para o mato. Segundo ele, as pessoas que acorreram a esta ci-

dade após o cessar-fogo não conseguem chegar aos preços escandalosos praticados nos mercados florescentes.

Em muitos aspectos, estes mercados "paralelos", sancionados pelo Governo, fizeram recuar o país ao mesmo tipo de economia de troca que os portugueses vieram encontrar há séculos. Estradas minadas ou intransitáveis e uma rede incerta de transportes aéreos tornaram a comunicação com o interior praticamente tão difícil como nos tempos pré-coloniais.

Até ao momento, o maior problema é de ordem logística", diz o observador da ONU Peter Scott-Bowden. Descreve em seguida as dificuldades que se têm deparado à missão de fiscalização que esta organização internacional (UNAVEM II) tem a seu cargo em Angola, à medida que o espírito dos Acordos de Paz é levado a áreas e comunidades devastadas pela guerra civil e que ficam para lá de pontes dinamitadas.

Segundo Scott-Bowden, o Conselho Eleitoral Nacional (CEN) apenas conseguiu fornecer três dos 31 veículos de que as brigadas de recenseamento precisavam para levar a cabo o seu trabalho na província do Malanje (o CEN e o actual governo do MPLA são responsáveis pela organização da campanha de recenseamento e das eleições). "Até agora, ainda não conseguimos entrar na região setentrional nem nas regiões do extremo norte e do extremo sul."

Embora os Acordos de Paz prevejam o reconhecimento político mútuo por parte das duas grandes facções, o Governo do MPLA ainda não conseguiu impor a sua autoridade em todo o país. Numa guerra de acusações mútuas, a UNITA culpa o Governo de ineficácia e corrupção, ao passo que o MPLA a acusa de acções de intimidação, interferência e má-fé.

Um observador teve dificuldade, em certas ocasiões, em distinguir os obstáculos logísticos dos políticos. Por vezes, os administradores do Governo abandonaram certas áreas devido à escassez de géneros, e não por terem sido expulsos, mas há outros casos em que a intimidação política foi o factor determinante. Também tem sucedido que as populações locais ainda não compreenderam que devem acatar a autoridade dos representantes do Governo. Segundo Margaret Anstee, representante especial da ONU, o recenseamento não se efectuará nas áreas que não puderem ser cobertas dentro do período de recenseamento previsto.

"Precisamos destas alei-

MPLA e UNITA afinam campanhas

Guilherme Costa
em LUANDA

TERMINADO, na quarta-feira, o prazo, que já tinha sido prorrogado, de entrega das listas de candidatos às eleições legislativas de Setembro próximo, em Angola, as máquinas dos dois grandes partidos, MPLA e UNITA, afinam agora as linhas gerais das suas campanhas.

No último fim-de-semana, o MPLA realizou num só dia sete comícios em diversas regiões do país, enquanto a UNITA parece estar na expectativa, talvez enquanto se prepara para responder à ofensiva iniciada pelo seu principal adversário.

A imagem do Presidente José Eduardo dos Santos está a surgir como principal cabeça-de-cartaz do MPLA, aumentando por todo o país as manifestações de apoio à sua candidatura, ao mesmo tempo que o seu aparelho partidário parece ter decidido, finalmente descer à rua, empunhando-se «numa maratona mobilizadora que está a fazer renascer o espírito militante de 1975».

«A capacidade de mobilização do partido não parará de crescer até Setembro», afirmou ao EXPRESSO um

dos membros do gabinete de campanha do MPLA, para quem, se forem observadas regras transparentes de disputa democrática, «muito provavelmente não haverá uma segunda volta». A mesma fonte justifica o seu optimismo evocando a «insuficiência de movimento de Jonas Savimbi» de, a pouco mais de um mês das eleições, «se transformar em partido político» e a «frugilidade de uma oposição com falta de cultura política» e de meios, numa disputa eleitoral cada vez mais bipolarizada.

A questão da Jamba, antigo quartel-general da UNITA, serve agora de pretexto para Eduardo dos Santos afirmar, como o fez esta semana na província do Kuanza-Sul, que «na Jamba não há multipartidarismo». O candidato do MPLA declarou-se ainda preocupado face «ao silêncio a que a sociedade civil e os outros partidos votam o úmido de milhares de angolanos que vivem naquela zona».

A forma como o registo eleitoral foi realizado na Jamba foi, de resto, muito mal acolhida em alguns círculos da Presidência, que se mostra agora preocupada com a entrada em massa no país de

200000 cidadãos zambianos, a partir da fronteira com a província do Moxico. Segundo algumas fontes do Ministério da Administração do Território, esses cidadãos, supostamente introduzidos em Angola pela UNITA, estariam a preparar-se para participar no acto eleitoral.

«Eleitorado controlado»
A UNITA parece, entretanto, ter optado por uma estratégia de relativo silêncio, canalizando as suas atenções para «continua mobilização da população para o registo eleitoral», na perspectiva de «evitar a tentativa do MPLA de concentrar, a partir de agora, o esforço dos brigadistas apenas nas áreas onde tem maior influência».

Fontes da UNITA garantiram ao EXPRESSO que «a adesão popular aos primeiros ensaios eleitorais do MPLA «é efêmera e está a ser instrumentalizada pela manipulação da televisão». Um membro da Comissão Política do movimento de Savimbi disse mesmo que o seu eleitorado «está perfeitamente controlado. É apesar da luta desigual que travamos com o MPLA, no campo infor-

mativo, o desgaste a que este se submeteu com uma governação desastrosa acabará por o penalizar em Setembro».

Entretanto, o MPLA prepara-se para «limpar» as suas fileiras de alguns dirigentes acusados de estarem envolvidos em casos de corrupção. Esta semana, foi exonerado o governador de Malange, João Filipe Martins, e o mesmo poderá acontecer ao governador de Huíla, e ex-ministro do Comércio, Dumilde Rangel, por correrem rumores de que terão recebido comissões por negócios realizados nas respectivas províncias.

Entre elas figurará António de Almeida, ex-secretário de Estado da Economia no últi-

mo Governo colonial e actualmente a exercer funções no Banco de Portugal. Aguiinaldo Jaime, ex-ministro das Finanças, que tem sido igualmente «namorado» pela UNITA para eventual adesão ao seu projecto governativo, faz também parte do leque de personalidades que o MPLA veria com bons olhos num Governo seu saído do escrutínio de Setembro. Mas algumas fontes garantiram já ao EXPRESSO que Aguiinaldo Jaime dificilmente trocará Abidjan — onde exerce as funções de director do gabinete do governador do Banco Africano de Desenvolvimento — por Luanda.

Margaret Auster está igualmente optimista, embora reconheça que os recursos disponibilizados para esta operação internacional ficam bastante aquém das necessidades. «Devem-nos um Boeing 747 para voar, mas o exaustivo só chega para um DC 3», graciosamente, aludindo à Resolução 747 do Conselho de Segurança, adoptada no fim de Março do ano passado, segundo a qual ela deve enviar relatórios sobre a evolução do processo angolano. A falta de transportes, de alimentos e de dinheiro dificultam o recenseamento dos eleitores angolanos, que se calcula que rondem os 4,5 milhões (a população total está estimada em 10 milhões).

A representante da ONU considera muito importante que a comunidade internacional não seja apenas aos acidentes de percurso, mas também, e de forma positiva e encorajadora, aos esforços que se tem feito para que o processo resulte. «Isto significa prestar assistência ao processo eleitoral e aos muitos aspectos humanitários que estão directamente relacionados com a democracia e a possibilidade de realizar eleições livres e democráticas. A democracia, quando as pessoas têm fome, é um conceito um tanto ou quanto vazio», declara.

200000 cidadãos zambianos, a partir da fronteira com a província do Moxico. Segundo algumas fontes do Ministério da Administração do Território, esses cidadãos, supostamente introduzidos em Angola pela UNITA, estariam a preparar-se para participar no acto eleitoral.

ONU demasiado moderada

SEGUNDA-FEIRA, 10 AGOSTO 1992

200000

processo de paz de Angola é mais moderado que o seu forte envolvimento nas eleições que conduzirão à independência da vizinha Namíbia. O papel da UNAVEM limita-se à observação e fiscalização do processo de recenseamento e eleitoral que antecede as eleições livres e democráticas no final do mês de Setembro. O Governo é responsável pela organização do escrutínio.

EXPRESSO, Sábado, 8 Agosto 1992

A morte da utopia

O novo livro do angolano Pepetela, "A Geração da Utopia", recentemente publicado em Portugal, tem tudo para se tornar em mais um tema quente da agitada vida política e cultural em Angola. Traçando o retrato da geração que fez a luta contra o colonialismo, expõe a situação de extrema fraqueza do MPLA nos anos anteriores à independência, denuncia a marginalização dos angolanos brancos e o oportunismo das classes dirigentes, reflecte sobre o falhanço da utopia nacionalista e as origens da guerra civil.

José Eduardo Agualusa

Aos cinquenta anos, o benguelense Artur Pestana dos Santos, a quem a literatura tornou conhecido com o nome de Pepetela, é enfim um homem livre. A militância política, que durante muito tempo se interpôs entre ele e a prática literária, terminou definitivamente, assegura. De passagem por Portugal, após um ano em Berlim, a convite do Governo alemão, Pepetela prepara-se para regressar às suas funções de professor de sociologia na Universidade de Luanda. "A Geração da Utopia", escrito durante a sua permanência na Alemanha, recupera as memórias do escritor enquanto estudante em Lisboa, guerrilheiro no leste de Angola e cidadão de um país destruído pela guerra civil e nas ambições de uma classe política mal preparada para o exercício do poder.

"A Geração da Utopia" foi lançado em Portugal, com a chancela da Dom Quixote, antes mesmo da sua publicação em Angola. A Dom Quixote lançou na mesma

altura a segunda edição de "Yaka", do mesmo autor, um dos mais notáveis romances angolanos do pós-independência.

PÚBLICO — "A Geração da Utopia" é um livro absolutamente desencantado, que por vezes quase parece uma tentativa de justificação. É a confissão do militante desiludido?

PEPETELA — Eu creio que é o balanço interior dessa geração que fez a luta de libertação. Evidentemente, mesmo as pessoas que à partida sabiam que a utopia não se ia realizar, creio que hoje se sentem um pouco defraudadas porque se podia ter ido um pouco mais longe, no sentido da criação do país noutras bases. Portanto, pode dizer-se que há um desencanto.

P. — O Pepetela fez parte do poder logo a seguir à independência, como vice-ministro da Educação, já a utopia tinha morrido e cheirava mal, na expressão de um dos personagens deste seu último livro. Na altura não tinha consciência disso?

R. — A utopia já tinha morrido mas ainda não cheirava mal, aí é que está o problema. A um dado

momento ainda havia espaço para fazer coisas, e havia espaço para tentar inovar. Depois deu-se de haver e foi então que começou a cheirar mal. A minha participação no poder foi uma crise imposta; imposta pela noção do dever militante. Mas eu estive sempre contrariado, porque como escritor era ao mesmo tempo uma espécie de contra-poder. Eu sentia-me muito dividido, porque estava do lado em que se tomavam as decisões e ao mesmo tempo sentia-me do outro lado. Isso acabou por se resolver com o meu afastamento.

P. — Uma das personagens da "Geração da Utopia", o "Sábio", representa o militante puro, que fez a guerra de libertação mas foi capaz de renunciar ao poder, isolando-se completamente durante todo o período que dura a guerra civil em Angola. É o homem que o Pepetela gostaria de ter sido?

R. — Sim, em certa medida. Ele representa uma série de pessoas que conseguiram encontrar forças nas suas próprias fragilidades para não se deixarem corromper. É uma personagem na qual projectei alguns desejos íntimos.

P. — "A Chana", um dos capítulos deste seu último livro, remete para a guerra de guerrilha, fazendo lembrar o "Mayombe". A diferença é que aqui o Pepetela vai muitíssimo mais longe na crítica à direcção do MPLA; é a parte do "Mayombe" que o Pepetela escreveu e não pôde publicar na altura devida?

R. — É o "Mayombe" de outras fases; o "Mayombe" foi escrito numa fase e numa região diferente dessa. Creio que o ano de 71-72 é determinante; mesmo a minha transferência de uma região para outra foi determinante para a compreensão do fenómeno. É preciso dizer que este capítulo, "A Chana", foi escrito em 1973 e re-

cuperado agora.

P. — Podia ter sido incluído no "Mayombe"?

R. — Sim, sim.

P. — E porque é que não foi?

R. — Bom, eu nunca publiquei essa parte porque achava que não podia ser publicada isoladamente. Era uma novela que não me parecia estar completa; então guardei-a e quando comecei a escrever este livro resolvi incluir essa parte.

P. — Quando se lê este capítulo a imagem que fica é a de um MPLA completamente destruído.

R. — E já estava, já estava. É um percurso de conhecimento, eu fui aprendendo. Quando escrevi o "Mayombe" já conhecia uma parte da verdade, mas dois anos depois sabia muito mais.

P. — Mas julga que este livro podia ter sido publicado em 1980, quando surgiu o "Mayombe"?

R. — Não, não podia ter sido.

P. — O "Mayombe" trouxe-lhe muitos problemas?

R. — Não, muitos também não. Digamos, trouxe problemas que eu julgo que são normais e aceitáveis para um escritor em determinada sociedade. Não foram problemas que possamos considerar intoleráveis. Não houve perseguições nem nada disso; houve é pessoas que se sentiram atacadas, muita gente que não gostou do facto do mito do guerrilheiro puro ter sido contrariado, porque no "Mayombe" aparecem guerrilheiros que são homens puros e simplesmente, não são sobre-humanos.

P. — Quase todos os seus livros abordam a questão racial, mas este é o primeiro onde se trata do problema da dis-

criminação sofrida pelos angolanos brancos; por exemplo, o caso dos numerosos angolanos que não foram chamados para a guerra de libertação pelo facto de serem brancos. O Pepetela sentiu isso na pele?

R. — Sim, claro, claro.

Aliás, eu fui dos primeiros brancos a ir para a luta armada, mas estive anos e anos na Argélia, à espera de ser chamado, porque a direcção do MPLA achava que não havia condições; havia o recorde de reacções negativas por parte das populações de Angola e dos países limitrofes.

P. — E esses recelos confirmaram-se?

R. — Não, não senti nada. Sempre fui muito bem recebido e por vezes até tinha de cortar um pouco o excesso de confiança que a minha cor despertava, isto no Leste de Angola. Eu lembro-me por exemplo de uma reunião no Sul do Moçim, fronteira com o Kuando-Kubango, era uma reunião com um grupo de populares que estavam a preparar-se para recuar para a Zâmbia. Cheguei lá com o meu grupo, que era um pequeno grupo, e quis saber o que se passava; e às tantas um mais velho disse: "Não, nós estamos aqui todos aterrorizados; a querer ir para a Zâmbia, mas afinal se até os brancos já nos apoiam, então nós temos ainda possibilidade de ganhar". Tive de reger, de explicar que não era isso, que não era um problema de branco ou não branco. No fundo achava por ser o complexo do colonizado a transparecer: se o homem branco está do nosso lado nós ganhámos, porque o homem branco é o dono da técnica e do saber, enfim esse tipo de preconceito.

P. — A nível internacional, sobretudo em África, havia também alguma incompreensão relativamente à existência de brancos e mes-

tações nas fileiras do MPLA?

R. — Sim, claro. O MPLA tinha necessidade de ser reconhecido. Ora, a África não estava muito preparada para aceitar que houvesse um país cujo movimento de libertação incluisse pessoas da cor do colonizador. Isso era um salto filosófico que só agora África está a dar.

P. — Quer dizer que se sentiu mais discriminado, do ponto de vista racial, nos outros países africanos do que em Angola?

R. — Sim, em Angola nunca senti. Até no próprio Congo, que é um país bastante fraterno, essa questão aparecia.

P. — Recordar-se de algum episódio em particular?

R. — Olhe, eu por causa do "Mayombe" estive preso no Congo. É a primeira vez que como isto, estive algumas horas preso no comissariado lá de Brazaville. Tinha sido uma francesa que me emprestara a casa para eu terminar o livro, escrito na guerrilha. Eu estava a passar um mês em Brazaville, de descanso, e ia para lá trabalhar. Acho que houve uma denúncia qualquer, de que estava um branco dentro da casa a escrever à máquina. A segurança apareceu, prendeu-me e levou o livro; depois, os meus amigos souberam e houve intervenção dos angolanos, creio que do comandante Raul, que na época tinha um cargo dirigente no Congo. Eles intervieram e eu fui libertado, mas o livro só me foi entregue no dia seguinte. Então o que eles diziam era: "Está a escrever um livro que se chama 'Mayombe', isto é um livro de espionagem para dizer aos portugueses onde estão as nossas bases, para que eles possam atacar o Congo"; e não houve forma de lhes explicar que aquilo era um romance; eles nem sequer sabiam o que era um romance! E neste episódio o aspecto racial sobressaía imediata-

mente; eles argumentavam: "Não, você é português, e está a escrever um livro para ajudar os portugueses..."

P. — O escritor angolano Sousa Jamba, radicado em Inglaterra, publicou no semanário "O Independente" um artigo onde ataca em termos muito violentos os intelectuais angolanos, que acusa de terem colaborado activamente no processo de repressão durante o Governo de Agostinho Neto; e refere-se especificamente a si, a Manuel Rui Monteiro e a Costa Andrade. Quer comentar?

R. — Não! Se se quiser esclarecer essas situações, há instituições para isso. Quem não sabe deve ficar calado.

Título: A GERAÇÃO DA UTOPIA

Autor: Pepetela
Editor: Dom Quixote
318 pp., 2750\$00

Título: YAKA
Autor: Pepetela
Editor: Dom Quixote
187 pp., 2950\$00

Ao lado da Somália, Etiópia e Libéria, o povo de Moçambique vive uma das maiores tragédias que ensombram África. A guerra já provocou a morte de 900 mil pessoas e entre três e quatro milhões de refugiados. Esta é uma cronologia dos principais acontecimentos desde o início da luta contra o colonialismo português, em 1962, até às negociações de paz entre o Governo da Frelimo e a Renamo.

1962

25 DE JUNHO — Criação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em Dar-Es-Salam, na Tanzânia, sob a liderança de Eduardo Chivambo Mondlane.

1964

25 DE SETEMBRO — Alberto Chipande, actual ministro da Defesa de Moçambique, dispara o primeiro tiro, em Chai (Cabo Delgado), dando início à guerra de guerrilha da Frelimo contra o domínio colonial.

1969

7 DE FEVEREIRO — Mondlane morre, vítima da explosão de uma encomenda armadilhada, no seu exílio em Dar-Es-Salam.

1970

22 DE MAIO — O comandante militar Samora Machel é eleito presidente da Frelimo.

1972

21 DE DEZEMBRO — Os guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), de Robert Mugabe, iniciam operações militares na Rodésia, a partir de zonas controladas pela Frelimo em Moçambique.

1974

24 DE ABRIL — As autoridades coloniais portuguesas aceitam que o chefe dos Serviços Secretos da Rodésia, Ken Flower, forme um grupo de guerrilha em Moçambique para combater a Frelimo e a ZANU. Em Junho, nasce o embrião da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), inicialmente designado MNR. 7 DE SETEMBRO — Portugal e a Frelimo assinam os acordos de Lusaka, preconizando um governo de transição e a independência de Moçambique.

Em Lourenço Marques (hoje Maputo), forças colonialistas ocupam a Rádio Moçambique, sob a palavra de ordem "Moçambique é Portugal".

1975

25 DE JUNHO — Moçambique torna-se independente. Samora Machel é Presidente e Joaquim Chissano ministro dos Negócios Estrangeiros.

24 DE JULHO — As novas autoridades moçambicanas iniciam a era das nacionalizações.

1976

24 DE FEVEREIRO — Notícia do primeiro envolvimento do MNR (actual Renamo) numa operação militar ao lado dos rodésianos.

MARÇO — Depois de repetidas incursões rodésianas, Machel fecha a fronteira e impõe sanções das Nações Unidas.

ABRIL — Ataque do MNR ao centro de "reeducação" de Massaoasse, em Sofala. Os reclusos libertados constituíram um dos primeiros núcleos de recrutamento dos rebeldes.

MAIO — A emissora Voz da África Livre, financiada por Jorge Jardim, inicia as suas transmissões a partir da Rodésia.

1977

3 DE FEVEREIRO — No seu terceiro Congresso, a Frelimo transforma-se em partido marxista-leninista da aliança operário-camponesa. Afonso Dhlakama evade-se de uma tadeia na província de Nampula e junta-se a Ken Flower, o chefe da espionagem rodésiana.

MARÇO — É criado o primeiro centro de treino militar da Renamo na Rodésia.

1979

17 DE OUTUBRO — André Matsangaisa, o primeiro líder do MNR, morre num confronto com tropas governamentais, na Gorongosa.

21 DE DEZEMBRO — Um acordo para a independência da Rodésia, que passa a chamar-se Zimbábue, é assinado em Lancaster House, em Londres.

1980

MARÇO — Durante o Governo transitório no Zimbábue, Ken Flower transfere o controlo da Renamo para a África do Sul. O estado-maior dos rebeldes passa a funcionar em Potgietersrus, no Norte do Transvaal. Em Novembro de 1983, é transferido para Phalaborwa, por "questões de segurança".

1981

30 DE JANEIRO — O Exército sul-africano lança o seu primeiro ataque em território moçambicano, matando 12 membros do Congresso Nacional Africano (ANC), em Matola, nos arredores de Maputo.

— O MNR passa a designar-se Renamo e intensifica os ataques contra aldeias e gijaturas nas estradas. NOVENBRO — Moçambique pe-

de apoio militar ao Zimbábue e à Tanzânia, para protecção do Corredor de Beira.

1984

16 DE MARÇO — Sob pressão de ataques militares de Pretória e de uma crescente actividade da Renamo, Machel assina, nas margens do rio Incomati, um pacto de não-agressão e boa vizinhança com o Presidente sul-africano, Pieter Botha.

8 DE OUTUBRO — O Governo moçambicano realiza as primeiras conversações oficiais com a Renamo, em Pretória, patrocinadas pelo Executivo sul-africano, mas as conversações fracassam e a Renamo intensifica a guerra.

1985

— Um comando conjunto de tropas de Moçambique e do Zimbábue toma de assalto a Casa Banana, na Gorongosa, quartel-general da Renamo, onde encontram documentos comprovativos do apoio da África do Sul aos rebeldes.

20 DE SETEMBRO — O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, admite que as acusações de Moçambique que "são correctas" e que o acordo de Incomati "foi violado".

1986

19 DE OUTUBRO — Samora Machel morre num acidente aéreo sobre a África do Sul.

8 DE NOVENBRO — Chissano torna posse como Presidente de Moçambique.

1988

— O Departamento de Estado americano publica o "Relatório Gersory", em que a Renamo é responsabilizada pela morte de mais de 100 mil civis.

1989

17 DE JULHO — Numa conferência de imprensa, Chissano admite a possibilidade de um diálogo com a Renamo.

31 DE JULHO — No final do seu quinto congresso, a Frelimo abandona a ideologia marxista-leninista. O Governo divulga, discretamente, um documento onde estabelece 12 princípios para o diálogo com a Renamo.

1990

9 DE JANEIRO — Chissano anuncia planos para uma nova Constituição, em que o Presidente será eleito por voto popular, em vez de ser designado pela Frelimo.

18 DE MARÇO — Numa cineira com Chissano, em Maputo, o Presidente sul-africano, Frederik De Klerk, garante que o seu Governo já não apoia a Renamo.

8 DE JULHO — Conversações directas entre o Governo moçambicano e a Renamo começam em Roma, sob a mediação das autoridades italianas e da Igreja Católica.

2 DE NOVENBRO — O Parlamento de Maputo aprova uma nova Constituição, que introduz o sistema multipartidário, uma economia

dependente. A Renamo qualifica de "mula e vazio" a nova Constituição.

1 DE DEZEMBRO — Acordo, em Roma, sobre um cessar-fogo parcial abrangendo os corredores de transporte da Beira e do Limpopo, para onde se retiram as tropas do Zimbábue em Moçambique.

24 DE DEZEMBRO — Chegada a Maputo dos três primeiros elementos da Renamo integrados na Comissão Mista de Verificação (Comive): o general Pascoal José, o brigadeiro Jerónimo Malagueta e o major Inácio Morgado.

1991

3 DE ABRIL — Chissano diz que o seu Governo está pronto a assinar um cessar-fogo com a Renamo.

28 DE MAIO — O Governo e a Renamo concordam com uma agenda, que inclui a Acta dos Partidos Políticos, um projecto-lei sobre procedimentos eleitorais e o calendário e supervisão das eleições.

22 DE JULHO — O Governo revela ter desmantelado uma conspiração para derrubar o Governo de Chissano.

27 DE JULHO — O general Sebastião Marcos Maboete, vice-ministro de Defesa até 1986, é acusado de ser o líder da intentona.

18 DE OUTUBRO — O primeiro protocolo com vista a um acordo de paz é assinado em Roma.

1992

31 DE JANEIRO — Portugal é convidado oficialmente a participar, como observador, no processo de paz moçambicano, num encontro, em Maputo, entre Chissano e Durão Barroso.

12 DE MARÇO — Renamo e Governo superam uma disputa constitucional e assinam um protocolo que prevê eleições, segundo um sistema de representação proporcional, no prazo de um ano após a assinatura do cessar-fogo. As questões militares são adiadas para posteriores sessões.

16 DE JULHO — O Governo assina com a Renamo um acordo que permite salvos-condutos para facilitar a ajuda humanitária ao país.

18 DE JULHO — Chissano encontra-se com De Klerk, em Maputo, durante a inauguração do restaurado Hotel Polana, abordando a questão dos refugiados moçambicanos na África do Sul.

28 DE JULHO — Rebelião de um grupo de 150 comandos de elite, na vila de Manhica, pelo pagamento de salários em atraso.

1 DE AGOSTO — Na guarnição de protecção a Maputo, em Marracuene, a 25 quilómetros da capital, 300 soldados revoltam-se, exigindo alimentos e o pagamento de salários em atraso.

4 DE AGOSTO — Primeiro encontro oficial, em Roma, entre o Presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

7 DE AGOSTO — Chissano e Dhlakama assinam, em Roma, uma declaração comum, comprometendo-se a "chegar a um acordo de paz global, antes de 1 de Outubro de 1992".

Teresa Lima, com Foclar

Chissano e Dhlakama deveriam marcar data para cessar-fogo

Os Estados Unidos afirmam que a cimeira de Roma, entre o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, devia produzir um acordo sobre a data para um cessar-fogo na guerra civil em Moçambique.

O subsecretário de Estado americano para os Assuntos Africanos em exercício, Jeffrey Davidow (que substituiu Herman Cohen, ausente em África), afirma que, se houver um acordo para o cessar-fogo, o trabalho dos negociadores do Governo moçambicano e da Renamo pode ser acelerado.

Entrevistado pelo PÚBLICO em Washington, Davidow declarou que, quaisquer que sejam os resultados da cimeira, eles devem ser integrados no processo de paz em curso. Uma "indirecta" ao Presidente do Zimbabwe, acusado pelos medianeiros de organizar a cimeira Chissano-Dhlakama à revelia da Itália e dos países que o coadjuvam na orientação das negociações.

PÚBLICO — Que importância atribuem os Estados Unidos a esta reunião entre Chissano e Dhlakama?

JEFFREY DAVIDOW — Esta-se, obviamente, de uma reunião muito importante, em que os dois se vão encontrar pela primeira vez. E nós, enquanto nação, esperamos que ela resulte em desenvolvimentos positivos.

P. — Que resultados devem ser alcançados para a reunião ser considerada positiva?

R. — Penso que, em primeiro lugar, as partes deviam chegar a acordo sobre princípios gerais para uma solução negociada da guerra civil. De certa maneira, os princípios já foram negociados, sob a mediação italiana, em Roma. Mas seria útil que os líderes dos dois lados reafirmassem a sua aceitação desses princípios. Além disso, o mais importante é marcar uma data para um cessar-fogo. Muito terá que ser negociado antes que um cessar-fogo possa ocorrer. Mas, se os negociadores em Roma actuarem sobre as decisões tomadas pelas duas partes na cimeira, poderão negociar essas questões

num determinado período de tempo. O mais importante é marcar prazos e avançar rapidamente para cumprir esses prazos, por forma a que haja paz.

P. — A cimeira está a ser preparada fora do âmbito das conversações de paz propriamente ditas, e sob a tutela do Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe. Os medianeiros e os observadores, como os EUA, têm alguma garantia de que os preparativos estão a decorrer, por forma a evitar que Gbadolite se repita em Roma?

R. — Um bom sinal é o facto de todas as partes terem concordado em realizar esta reunião em Roma. Isto indica, penso eu, que todos eles vêem a mediação italiana em Roma como um dado positivo e nós esperamos que os resultados da reunião Chissano-Dhlakama sejam integrados, incorporados nas negociações de Roma.

P. — E se isso não acontecer, será uma reunião inútil?

R. — Eu nunca diria, antecipadamente, que uma reunião entre duas pessoas importantes é inútil. Mas penso que a reunião pode ser tornada mais eficaz se for aproveitado o trabalho que já foi feito, as conquistas já alcançadas, e aquilo que já foi negociado em Roma. E se for aproveitada a estrutura que existe em Roma.

P. — No final da semana passada havia sinais de progresso acerca das questões militares na mesa, nomeadamente em relação às forças armadas nacionais. Seria importante um acordo comercial em Roma para criar mais ímpeto para a cimeira?

R. — Houve de facto progresso em Roma. Não sei se serão possíveis mais progressos nos próximos dias. Mas certamente que as partes em negociações em Roma chegaram a acordo acerca de um certo número de assuntos importantes. Há muitos mais assuntos que têm que ser negociados, mas é muito encorajador saber que ambos os lados estão a pensar segundo linhas semelhantes.

P. — Está optimista? Julga que esta cimeira pode abrir caminho a um cessar-fogo e que pode haver paz antes do fim do ano?

R. — Nós dissemos há muitos, muitos meses que a paz em 1992 é possível. E se eu não fosse optimista mudava de profissão. ■

As difíceis relações entre Pretória e Maputo

O RELACIONAMENTO entre a África do Sul e Moçambique, nos últimos 15 anos, sempre se definiu pelas atitudes que cada Governo mantinha para com as forças de oposição no outro país.

Até a assinatura do Acordo de Incomati, em 1984, ninguém tinha dúvidas sobre o apoio sul-africano prestado à Renamo. A política do Governo de Pieter Willem Botha era a de desestabilizar os restantes países da região, para assim desviar as atenções da situação interna na África do Sul. Segundo a filosofia de Pretória, seria melhor fazer a guerra nos países vizinhos do que arriscar qualquer acção em território nacional.

O Governo da Frelimo sempre apoiou o ANC por motivos ideológicos: os dois movimentos adoptaram a doutrina marxista na luta contra os opressores brancos. Nos termos do Acordo de Incomati (16 de Março de 1984), os dois governos concordaram em não deixar os respectivos territórios serem usados para iniciar ataques militares contra o outro. O que significava que o Governo de Pretória não podia oferecer assistência militar à Renamo, enquanto a Frelimo, por sua vez, prometeu não deixar o ANC lançar ataques a partir de território moçambicano.

O acordo causou graves problemas dentro das forças armadas sul-africanas, e alguns militares de alta patente (generais e brigadeiros) demitiram-se. Muitos elementos da comunidade portuguesa radicada na África do Sul (na sua maioria, ex-moçambicanos) sentiram-se traídos.

O acordo foi praticamente esquecido no último ano quando foram encontradas provas, no bairrate da Renamo em Gorongosa, de que o Governo de Pretória não respeitava o Acordo de Incomati, continuando a apoiar, com equipamentos militares, o movimento rebelde moçambicano. As relações bilaterais foram agravadas quando as forças armadas da África do Sul

lançaram ataques contra posições do ANC em Maputo.

Com o acesso de Frederik de Klerk ao poder, o clima de suspeição foi-se atenuando e as relações entre os dois países conheceram um novo incremento. Recentemente, Pretória passou a ter um papel indirecto mas empenhado na pacificação de Moçambique. Os termos calorosos da visita do Presidente De Klerk a Maputo, no passado dia 18 de Julho, são disso prova.

Os ex-moçambicanos

Milhares de ex-moçambicanos continuam a residir na África do Sul. Ninguém sabe o número certo, mas uma população de 600 mil pessoas é frequentemente citada. Esta comunidade teme pelo seu futuro. Alguns dizem que a situação actual na África do Sul não difere muito da de Moçambique em 1974: "Já vi isso antes", "vai acontecer tudo de novo", "já uma vez perdi todas as minhas coisas", "os sul-africanos não sabem o que estão a fazer".

Muitos ex-moçambicanos estão presentemente a explorar oportunidades comerciais em Maputo. A estrada que liga Ressano Garcia, na fronteira sul-africana, a Maputo continua a ser perigosa. É frequente os comboios serem atacados por "bandidos" nesta rota, e seria impossível percorrer a estrada sem uma escolta militar.

As incertezas sobre o futuro da África do Sul levaram a que uma boa parte dos ex-moçambicanos fizesse planos para voltar à antiga pátria. Entretanto, para regressar, precisam de mais segurança do que naquele país. Esta não é, por enquanto, a realidade, mas, se houver uma paz genuína em Moçambique, muitos voltarão para retomar as suas propriedades e prosseguir as suas vidas. ■

Bernu Lins, em Johannesburg

A paz pode esperar

Nicole Guardiola em ROMA

FAZIA um calor africano em Roma para o «encontro histórico» entre o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. Na capital italiana, semi-deserta, poucos turistas se atrevem a sair dos hotéis antes do cair da tarde. O termómetro ultrapassa os 40 graus. Os japoneses, obrigados a cumprir programas carregadíssimos, passeiam pelos fóruns imperiais e outros monumentos sob um sol impiedoso. Confessam que vão necessitar de semanas para recuperar destas férias.

Quem não está de férias está de péssimo humor e mais ainda o pequeno esquadrão de jornalistas, portugueses e moçambicanos na esmagadora maioria, presentes em Roma para fazer a cobertura da conferência de paz para Moçambique.

Os africanos, sobretudo, vindos do Inverno austral, estão fartos de ouvir os italianos dizer que não têm razão de queixa porque «estão habituados ao calor».

Irritante também é a aparente desorganização da logística italiana, que obrigou os jornalistas a incessantes e quase sempre inúteis correrias entre a sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano, a Farnesina — o palácio Madama onde decorrem os encontros entre os negociadores moçambicanos —, e a meia dúzia de hotéis onde estão alojadas as delegações africanas, as oficiais vindas de propósito a Roma e encabeçadas pelo Presidente Chissano, pelo Presidente Mugabe, do Zimbábue, a senhora Chirpe, do Botsuana, e o «presidente» Afonso Dhlakama, da Renamo.

«Reunião africana»

Em jeito de desculpa, um dos mediadores italianos, Dom Marten, da Comunidade Santo Egidio, disse no «briefing» inaugural que o encontro era «uma reunião africana» e, em consequência, largamente imprevisível, «quer na metodologia quer nos resultados».

Um dos jornalistas moçambicanos presentes não gostou e pediu esclarecimentos sobre o que queria dizer com «reunião africana». Os factos acabaram por fazer esquecer as explicações atabalhoadas do padre italiano. Com efeito, o tão esperado «encontro informal» entre os principais protagonistas da reunião de Roma, Chissano, Mugabe e

Dhlakama, começou às duas da madrugada de quarta-feira e terminou quando já clareava o dia, passadas as seis da madrugada.

Era inevitável depois desta noite atarefada o atraso da abertura da conferência propriamente dita, mas Afonso Dhlakama fez jus à sua condição de guerrilheiro, sendo o único a chegar pontualmente ao Palácio Madama às 11 da manhã.

O septuagenário Emilio Colombo, ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, que há quatro dias deu as boas-vindas aos «irmãos moçambicanos, separados por uma guerra fratricida de 16 anos», fez votos para que a paz em Moçambique seja mais um passo na via da afirmação da «democracia africana». Mas o discurso era obviamente de circunstância.

Embora veterano da política e da diplomacia (teve, entre outros, seis vezes o cargo que actualmente ocupa), Colombo caíra quase de pára-quadras neste processo de paz moçambicano, ao qual os seus dois últimos antecessores nunca prestaram excessivo interesse: o democrata-cristão Scotti, por falta de tempo — esteve no cargo menos de dois meses —, e o socialista Gianni de Michelis, mais vocacionado para os temas europeus e do Mediterrâneo. Este último delegara a representação do

Governo italiano junto dos mediadores católicos no seu sub-secretário de Estado, Mário Rafelli, entretanto escolhido como coordenador da mediação da CSCE (Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa), para tratar de resolver o conflito entre a Arménia e o Azerbaijão pela posse de Nagorno-Karabakh.

Precisamente nestes dias, decorria em Roma mais uma reunião dos representantes dos 17 países membros da chamada Conferência de Minak, quando se iniciou a cimeira moçambicana e os funcionários da Farnesina não poupavam os comentários acerca do cosmopolitismo do «collega» Rafelli, hoje reduzido à condição de mero deputado.

Os ecos da crise política italiana chegam amortecidos até aos corredores da Farnesina, mas as pequenas rivalidades entre diplomatas «africanistas» e «calcaizinos» não parecem interessar muito à imprensa e à opinião pública italiana.

Prognóstico italiano

A reunião sobre Nagorno-Karabakh não mereceu uma única linha nos jornais e a imprensa, a rádio e a televisão ignoraram por completo a chegada dos chefes de Estado africanos a Roma e o «histórico encontro» Chissano-Dhlakama. A inauguração oficial da confe-

rencia conseguiu furar o muro de silêncio e a televisão estatal ilustrou a reportagem com imagens da fome e dos campos de refugiados em Moçambique.

O prognóstico italiano sobre o resultado do encontro sempre foi prudentemente optimista. «Pode ser alcançado um cessar-fogo até sexta-feira», dizia o embaixador italiano em Maputo, Di Camarano. Mas acrescentava: «A posição italiana foi sempre de grande flexibilidade e se os moçambicanos preferem assinar a paz em outro lugar, numa capital africana, a mediação italiana está perfeitamente disposta a aceitar o facto».

De acordo com os italianos e outros observadores ocidentais, «de todas as formas a guerra deve acabar rapidamente. Os moçambicanos têm demasiada fome para continuar a combater».

O comentário revela uma notável ignorância da realidade de hoje em muitos países africanos: nem a fome nem a miséria foram capazes, até agora, de pôr cobro aos combates na Somália, na Etiópia, no Sudão, no Chade ou na Libéria.

Mais experiente, Rafelli disse que «a bola está agora no campo dos moçambicanos». «Vontade política e confiança mútua» são, segundo a mediação, as condições necessárias e suficientes para a conclusão do cessar-fogo, porque «em dois anos discutiu-se em Roma tudo o que havia para discutir».

Dhlakama obteve de Maputo, na capital italiana, o reconhecimento formal e público do seu movimento e da sua personalidade de líder máximo da oposição. Contudo, a confiança parece ainda distante, por mais que o líder da Renamo faça questão de falar aos jornalistas do seu «irmão Chissano».

O presidente Mugabe, por seu turno, está mais preocupado do que optimista e furtou-se ao contacto com a imprensa até ao fim das negociações. Para ele «o regresso à África» do processo de paz em Moçambique pode ser um triunfo pessoal, mas de momento constitui uma espécie de retorno à estaca zero. Com efeito, Mugabe foi, com o seu homólogo keniano, Arap Moi, o primeiro mediador do conflito moçambicano, e teve de recusar a este papel. A Renamo sustentava então que o Zimbábue não podia ser «árbitro e parte» do conflito e exigia a retirada incondicional das tropas zimbabuenses como primeira condição para o cessar-fogo parcial de Dezembro de 1990.

Dom Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira, admite que «para Moçambique a paz pode chegar tarde demais» e que os dois beligerantes talvez não estejam em condições de assegurar a implementação do cessar-fogo. Diz que «será preciso enviar não apenas observadores mas também militares das Nações Unidas ou da Organização da Unidade Africana para pacificar o país». Parece acreditar que isto será possível «se houver vontade política» e o Vaticano está disposto a interceder junto da comunidade internacional.

Fim das negociações ou apenas mais um intento falhado de reconciliação nacional? Quinta-feira à noite, o Presidente Chissano afirmava não estar arrependido de ter vindo a Roma sem garantias formais.

“Um governo da Renamo daria prioridade a Portugal”

De acordo com
Jorge Heitor,
de Roma

Afonso Dhlakama por Angola do que por afirma que um futuro Moçambique governo da Renamo e proclama-se vencedor daria prioridade da guerra de relações moçambicana, com Portugal, dizendo que se tem Manifesto um certo 20 mil guerrilheiros cidadão por Lisboa derrotaram os 65 mil se interessar mais soldados da Frelimo.

“D e todos os países europeus, Portugal é aquele a que daríamos a prioridade em termos de relações de amizade e diplomáticas. Até porque, para mim, Portugal é um país que será usado para influenciar outros países europeus, que até aqui não conhecem exactamente o que se passa em Moçambique”, disse ontem ao PÚBLICO, em Roma, o líder da Renamo.

“Falamos a mesma língua e, em termos de infra-estruturas, as máquinas que existem em Moçambique são de origem portuguesa. Mesmo no campo da educação e da saúde, pensamos que os médicos portugueses podem trabalhar muito melhor em cooperação com os moçambicanos do que um francês ou um inglês, que necessitam de intérprete. São estas coisas que irão fazer com que o governo da Renamo tenha, de facto, boas relações com Portugal”, acrescentou Afonso Dhlakama, 24 horas depois de ter assinado a declaração conjunta que estabelece um prazo para se acabar com a guerra em Moçambique.

O que a Renamo tem — depreendeu-se desta entrevista concedida ao PÚBLICO pouco antes de ter recebido Álvaro Mendonça Moura, o chefe de gabinete do secretário de Estado Durão Barroso, acompanhado pelo chefe dos observadores portugueses, António Sennfeld — é um certo ciúme por os portugueses prestarem mais atenção a Angola do que a Moçambique.

PÚBLICO — A Renamo foi uma criação dos serviços secretos rodésianos?

AFONSO DHLAKAMA — Praticamente, não foi. Até por que se tivesse sido criada por Ian Smith teria desaparecido. Mas podemos aceitar que algumas pessoas na Rodésia nos ajudaram, quando surgimos, no início de 1977.

P. — Depois disso, afirma-se normalmente que foi a África do Sul que passou a apoiar-vos.

R. — Com certeza. Tivemos o apoio da África do Sul. Não há nada que esconder. Mas esse

apoio foi muito limitado. Foram poucas armas, medicamentos, rádios de comunicação militar. Parou em 1984, quando foi assinado o acordo de Incomati.

Depois de 1984

P. — De 1984 para cá, como é que têm conseguido sobreviver?

R. — Já tínhamos zonas libertadas. Quando a Frelimo fugiu do interior para as grandes cidades abandonou muito material, Ak-47, munições, bombas de morteiro, inclusive armas pesadas. Este material, quase todo de origem soviética, é o que até hoje a Renamo usa. O Exército da Frelimo é praticamente destruído pela Renamo, inclusive os exércitos do Zimbabué, Tanzânia, Malawi, e eles deixam material para nós.

P. — Quantos homens armados tem a Renamo?

R. — Com armas, temos 20 mil. Mas há pessoas que não têm armas.

P. — O Governo diz que a Renamo utiliza crianças.

R. — Penso que, se a Renamo utilizasse crianças, isso significaria que crianças de 9 e 10 anos têm capacidade de destruir os exércitos da Tanzânia, do Zimbabué e da própria Frelimo. Os nossos combatentes são de 18 anos para cima.

P. — Há três anos que estava a tentar falar com o Presidente Chissano?

R. — Desde há três anos que enviei muitas mensagens. No princípio, através do Presidente Kaunda, da Zâmbia. Depois, dos bispos de Moçambique e até mesmo de alguns elementos portugueses. Ultimamente, consegui punar o Mugabe. Conversei longamente com ele e disse-lhe que a bola estava com ele. Que poderia ser considerado criminoso por estar a matar os moçambicanos.

P. — Pediu agora a Joaquim Chissano a retirada de 35 artigos da Constituição?

R. — Um diz que o Presidente da República tem poderes para aplicar o estado de emergência. Outro diz que a Frelimo une,

organiza e comanda o povo, por ter conseguido derrubar o colonialismo português. Outro ainda afirma que as Forças Armadas de Moçambique são comandadas pelo partido Frelimo.

A mão de “Tiny” Rowlands

P. — Mugabe, ao aceitar servir de mediador entre a Renamo e a Frelimo, não teria sido bastante influenciado por “Tiny” Rowlands?

R. — Diria que não. Porque o senhor Rowlands tem amizade com os dois presidentes. Tem vários interesses, quer no Zimbabué quer em Moçambique. Tem as suas farmas [explorações agrícolas]. Mas Mugabe aceitou porque perdeu muitos homens, helicópteros e tanques.

P. — Quantos homens chegou o Zimbabué a ter em Moçambique?

R. — Antes da assinatura do protocolo que os remeteu aos corredores do Limpopo e da Beiva, tinham 25 mil.

P. — E a Frelimo, quantos homens teria?

R. — A Frelimo tem mais de 65 mil.

P. — Como é que a Renamo fez frente às tropas da Frelimo e do Zimbabué?

R. — Conte com mais sete mil tanzanianos, nas províncias do Norte, para além de cubanos, russos e norte-coreanos. A Renamo é forte porque tem o apoio do povo.

P. — Influências na guerrilha: frequentaram academias em algum país? Leram manuais de determinada origem?

R. — A academia dos nossos militares foi na Gorongosa. Eu sou um dos grandes instrutores. Sou o director da Academia-Geral para a Formação dos Quadros.

P. — O vosso movimento controla mais de metade do território de Moçambique?

R. — Controlamos 85 por cento e temos sete milhões e meio de habitantes. Perto de metade da população total.

P. — Assim chegaram à cidade de Roma. Sai daqui satisfeito?

R. — Estou muitíssimo satisfeito. O meu movimento ganhou muito e o meu povo também. O Presidente Chissano aceitou destruir as leis que impunham o marxismo ao povo moçambicano.

P. — Há, portanto, a esperança de que, no dia 1 de Outubro, o cessar-fogo esteja em vigor?

R. — Não vou confirmar que será essa data, embora seja o que nós queríamos que fosse. Isso vai depender também da flexibilidade por parte do Governo. Há certas questões que ainda não foram acordadas. Ainda há problemas sobre efectivos do futuro Exército, actuação da Polícia. Os mediadores propuseram 24 mil homens no Exército, mil na Força Aérea e 800 na Marinha. Nós queríamos só 15 mil, mas a Frelimo ainda está a exigir um Exército de mais de 35 mil.

P. — Querem as Nações Unidas no terreno uma semana antes do cessar-fogo?

R. — As Nações Unidas de-

vem começar a entrar antes de o cessar-fogo ser uma realidade, para controlar as movimentações das tropas. Tem de haver um acordo acerca disto. Sem isso não haverá paz. Será só no papel. Como na Somália, na Etiópia e na Libéria. Seria uma situação trágica. Por isso, queremos que tudo seja acordado, bem definido, antes do dia 1 de Outubro.

P. — Considera-se um vencedor?

R. — Sem dúvida! Mugabe foi vencido e há oposição no Zimbabué contra a intervenção em Moçambique. Vencemos militarmente e vencemos politicamente.

P. — Tem feito críticas ao Governo português.

R. — É muito necessário que sejamos francos. O que pensamos é que o Governo português poderia actuar de uma maneira certa, positiva, em relação aos países por onde Portugal passou. Não estou satisfeito. A não ser que Portugal comece a mudar a sua política africana.

P. — Moçambique tem vindo a ser esquecido?

R. — Sim. Diria que sim. Não há a ênfase que tem sido dada à situação em Angola. A gente começa a comparar e isto ofende os moçambicanos.

P. — Entende que os governantes portugueses se preocupam mais com Angola do que com Moçambique?

R. — E o que eu queria dizer. Mas estou a exigir que Portugal assumas as suas responsabilidades.

P. — Quais são as suas relações com a UNITA?

R. — Não tenho nenhuma relação. A UNITA afastou-se de nós.

P. — Se viesse a ganhar as eleições, gostaria de ter boas relações com Portugal?

R. — Com certeza! De todos os países europeus, é aquele a quem daríamos a prioridade.

P. — O facto de nos últimos meses se ter aproximado do Presidente Mugabe e de manter uma boa relação com o senhor Rowlands não significa que dê preferência às relações com países de língua inglesa? Que preferisse ver Moçambique mais ligado à Grã-Bretanha do que a Portugal?

R. — Não! Estou contra isto! Moçambique, hoje, é como se tivesse sido uma colónia britânica. Mas nós estamos completamente contra isso. Porque estaríamos a perder a nossa história. Moçambique irá conservar a sua história, sem que prejudiquemos os interesses britânicos na região. Moçambique é um ponto muito estratégico, devido aos seus portos. O Zimbabué não pode sobreviver sem os portos moçambicanos. E por isso que a Grã-Bretanha está também muito empenhada em querer influenciar e em saber que tipo de governo iremos ter em Moçambique. ■

De novo (novamente)
Jorge Heller,
de Roma

*A longa guerra civil
começou em
Moçambique a partir
dos idos de 1976
devorou agora terminar
até 1 de Outubro
próximos, pelo menos
na papel. Entretanto,
as delegações de
Frelimo e da Renamo
não esperam a
negociar e que ainda
falta resolver para que
cessem as hostilidades.
"Tony" Rowlands foi
ouvir um homem
muito felizizado.*

Joaquim Alberto Chissano e Afonso Macacheo Marceta Dhlakama deram ontem instruções aos seus delegados, desde há mais de dois anos reunidos em Roma, para que concluam "até ao dia 1 de Outubro de 1992" os protocolos sobre questões militares, garantias, cessar-fogo e conferência de doadores, permitindo assim a assinatura do acordo geral de paz até essa data.

O mandato das delegações de uma e outra parte consta da "declaração conjunta" que às 10h38 de ontem foi assinada na Villa Madama, da capital italiana, pelos líderes das duas forças em contenda, bem como pelo Presidente do Zimbabwe, Robert Gabriel Mugabe.

Foi afluência da cerimónia o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Emílio Colombo, serviram de testemunhas a ministra das Relações Exteriores do Botswana, Gacsetwe Chiepe, e os mediadores tradicionais deste processo de paz: Mario Raffaelli, deputado socialista italiano, D. Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira, Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, estes dois últimos da Comunidade de Santo Egidio.

Esteve presente, como "Deus ex machina", um cidadão britânico de 75 anos que dá pelo nome de "Tiny" Rowlands. É o director-geral da multinacional Lonhro, foi amigo de Jorge Jardim e espera vir a patrocinar dentro de algumas semanas a paz no Sudão, onde as forças do coronel John Garang combatem as do regime islâmico de Cartum. A "declaração conjunta" de Roma, documento de seis páginas que acabara de ser redigido às três horas da manhã, depois

de uma última intervenção de Joaquim Chissano e de Afonso Macacheo Dhlakama, fala dos "importantes resultados" conseguidos de há dois anos a esta parte. Como o acordo de cessar-fogo parcial obtido em 1 de Dezembro de 1990 para os corredores da Beira e do Rio Limpopo e o protocolo sobre critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos.

Mais adiante, recorda que o líder da Renamo se manifestara disposto a um cessar-fogo imediato se fossem providenciadas "certas garantias e segurança, tanto pessoal como dos membros (da organização)". E se houvesse liberdade de o seu movimento se organizar como partido e fazer campanha sem interferências ou impedimentos.

Depois, reafirma-se que tanto o Governo de Moçambique como a Renamo se encontram interessados em acabar com as hostilidades, e as duas partes comprometem-se a "garantir as condições que permitam a completa liberdade política, de acordo com os princípios de democracia internacionalmente reconhecidos", bem como garantir a segurança pessoal de todos os cidadãos moçambicanos e de todos os membros de partidos políticos.

Noutro ponto do documento, aceita-se que a comunidade internacional, e muito em particular as Nações Unidas, vá facilitar e garantir o cumprimento do acordo geral de paz, muito em especial no que diz respeito ao cessar-fogo e ao processo eleitoral (que em princípio deverá culminar com eleições gerais e presidenciais em Moçambique no fim de 1993).

O Governo moçambicano vai agora submeter à Assembleia da República a aprovação de instrumentos legais que incorporem os protocolos até hoje aprovados em Roma.

O Governo moçambicano vai agora submeter à Assembleia da República a aprovação de instrumentos legais que incorporem os protocolos até hoje aprovados em Roma.

A satisfação de Rowlands

"Well done, Rowlands", diria o presidente Mugabe para o homem que desde há muitos anos está verdadeiramente empenhado em tudo o que se passa em Moçambique, se bem que só nas últimas semanas tivesse começado a ser um pouco referido, neste contexto.

Joaquim Chissano e Afonso Macacheo Dhlakama também tiveram palavras elogiosas para o velho senhor, que ainda uma hora antes da cerimónia se encontrava no terceiro andar do vitoriano Hotel Forum, como acompanhante constante da direcção da Renamo. Os jornalistas bombardearam-no com perguntas

no fim do evento, numa espécie de conferência de imprensa paralela à que, entretanto, davam, a poucos metros de distância, os líderes das duas forças beligerantes.

Emílio Colombo chamou a Robert Gabriel Mugabe "o anjo tutelar" desta cimeira. Mas outros diplomatas europeus não conseguem evitar a ideia de que por trás do velho guerrilheiro zimbabweano está todo o peso de figuras afectas à corte de St. James, que o mesmo é dizer, homens bem vistos em Buckingham Palace, independentemente de se apresentarem como liberais ou como conservadores.

"O sonho de Cecil Rhodes não morreu", dizem hoje em dia alguns diplomatas latinos, quando vêem interesses britânicos a mexer-se com grande dinamismo no Sudão, no Quênia, no Malawi, no Zimbabwe, no Botswana... e em Moçambique.

Para alguns observadores, num tom só ligeiramente caricatural, a Frelimo e a Renamo poderão sair ambas derrotadas da guerra que durante 16 anos travaram, pois a vitória caberá precisamente aos interesses dos homens que criaram a Rodésia (actual Zimbabwe), que desejaram retirar a Portugal a posse de Delagoa Bay (depois Lourenço Marques, actualmente Maputo) e que durante décadas toleraram a existência de um autocrata tão grande como Hastings Kamuzu Banda.

O superdiplomata

"O senhor é um superdiplomata?", perguntou o PÚBLICO a "Tony" Rowlands, tendo ouvido apenas como resposta uma grande gargalhada. Mas a estrela que brilhou nos bastidores desta Cimeira de Roma manifestou-se plenamente convencido de que o calendário agora anunciado será cumprido e que possivelmente durante a segunda quinzena de Setembro tudo estará pronto para o cessar-fogo e para a assinatura do acordo geral de paz.

"Que todos sejamos irmãos na grande família moçambicana", defendeu já ontem Joaquim Chissano, que hoje à noite deixa Itália com algo do que muito desejava: o compromisso firme de que haverá cessar-fogo dentro de um prazo pré-determinado — se bem que lhe fosse preferível poder anunciar que a paz era já amanhã ou depois e não daqui a sete ou oito semanas.

Aos medianeiros e aos observadores (Portugal, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Nações Unidas) vai caber agora

trabalhar afanosamente durante estas próximas semanas, de modo a acabar de definir os critérios de formação, composição e número do futuro exército moçambicano apartidário, a retirada das tropas zimbabweanas destacadas nos corredores da Beira e do Limpopo, o funcionamento dos grupos armados privados e irregulares, o do serviço de informações e segurança do Estado (SISE, ex-SNASP), a despartidarização e reestruturação das forças policiais, e a reintegração económica e social dos muitos militares a desmobilizar.

Processo eleitoral

Para além disso, as delegações do Governo moçambicano e da Renamo, os medianeiros e os observadores têm de tratar nestas próximas sete semanas do calendário do processo eleitoral, da comissão de supervisão do cessar-fogo e do controlo do respeito e execução dos acordos entretanto alcançados.

Há que dar garantias específicas, de parte a parte, para o período de cerca de um ano que irá do cessar-fogo à realização das eleições, tratar de questões constitucionais, acertar as modalidades daquele e da libertação dos prisioneiros de guerra, combinar quem é que o irá observar, supervisionar e controlar: países individuais, incluindo Portugal, ou a Organização das Nações Unidas? Ou a Organização da Unidade Africana?

O que a Cimeira de Roma fez foi dar um empurrão para que a discussão destas melindrosas questões não se eternizasse. Sem ela, os trabalhos poderiam eventualmente ainda demorar mais três ou quatro meses. E com ela as delegações ficaram a saber que não podem perpetuar a sua presença na cidade de Roma, por mais bela que esta seja.

O dia 1 de Outubro é agora o limite e se alguém se atrasar todos terão a perder, e começar pelo povo moçambicano, que compartilha com o somali os maiores sofrimentos de toda a África. Mas há ao menos a esperança de que dois anos e alguns meses tenham sido tempo suficiente para elaborar muito bem todos os "dossiers" da paz, não deixando nada ao acaso, para o período de verdadeira reconciliação e reconstrução nacional que finalmente se avizinha. ■

Teresa Lima
em Maputo

O sentimento generalizado em Moçambique, ao ser conhecida a conclusão da cimeira de Roma, ontem terminada, é simultaneamente de alívio e crispação. Alívio pela abertura de condições que permitem a paz em Outubro, altura de tomada de novas medidas sobre o futuro do país; crispação pelo adiamento das tréguas. Mais três meses de mortes, de ataques, de fome, de desespero tornam-se, na verdade, demasiado tempo para quem está nos limites da sobrevivência.

Porque não parou a guerra? — é a interrogação que quase todos fazem e para a qual ninguém encontra resposta. É quase imoral não ter sido, na verdade, assumida uma trégua por Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, responsáveis pela Frelimo e pela Renamo, respectivamente, nos seus compromissos de Roma. Se se conseguiram entender para dialogar, o que foi muito positivo, deviam ter-se esforçado para suspender as matanças diárias e generalizadas no território.

Jntem mesmo, na zona de Gaza, nove pessoas eram assassinadas — pouco depois de a Rádio Moçambique ter anunciado "as últimas de Roma" — e trinta eram raptadas por guerrilheiros da Renamo que fizeram descarrilar um comboio de mercadorias, saquearam trinta habitações, queimaram sete e destruíram nove estabelecimentos comerciais.

Saber se a Renamo irá respeitar os compromissos assumidos, que culminarão com a assinatura da paz no dia 1 de Outubro, ou seja, com o fim da guerra, são outras interrogações que agora se levantam. A que se somam as referentes à reintegração dos milhares de deslocados e refugiados e ao controlo dos grupos armados que actuam livremente por todo o lado.

Tensões adiadas

A tensão registada nas últimas semanas em Maputo pare-

ce ter-se esvaído um pouco. A revolta dos militares sem salário, dos trabalhadores da função pública, dos estudantes em luta contra o aumento das propinas, retrocedeu por agora. O país vai ficar suspenso até ao próximo encontro de Itália. A expectativa e a esperança entram em lume brando, estado de espírito que os depoimentos expressam.

"O cessar-fogo seria um passo importante", diz-nos a propósito o jornalista Carlos Cardoso, "para permitir que a negociação entre a cidade civil e o Estado seja feita num ambiente nacional menos violento". Roma não terá, porém, diria ainda o jornalista, "valido a pena se o país não conseguir, a curto prazo, lançar programas de recuperação agrícola e de regresso dos deslocados".

Para Cecília Ruas, médica, por sua vez, "é preciso tomar decisões e avançar". É preciso, lembra, "para já, pensar em todos os grandes problemas do pós-guerra, na integração de milhares de pessoas deslocadas, na miséria, etc.". Mais céptico, Luís Loforte, engenheiro, salienta que, "até Outubro, muito sangue ainda pode correr". "É costume as pessoas ponderarem primeiro sobre a postura e o prestígio dos negociadores, antes de qualquer reflexão sobre os aspectos impeditivos na consecução da paz", acrescenta, para lembrar que "não são de menosprezar eventuais pressões que os dois líderes sofrerão de correntes de opinião nas suas retaguardas nacionais e que poderão inviabilizar uma rápida conclusão da guerra". Para Luís Loforte, "nenhum interesse estrangeiro, no actual estado do país, pode acreditar que o prosseguimento da guerra lhe vai trazer dividendos". E conclui: "O que em termos pessoais me tem assustado são as paridades militares exigidas pela Renamo e que, duma ou de outra maneira, poderão vir a concretizar-se. Pode ser o prenúncio de bipolarização, que seria desastrosa para o país."

O boi e a charrua

Para José Monclane, oficial da Administração, "Dhlakama é como um boi a puxar uma charrua, vai para onde o guiam. Ele não pode exigir o que está a exigir. Se ganhar as eleições, então sim. Neste momento não é o dono do país".

Um membro da Comissão dos Leigos e Família da Igreja Católica, Valeriano Brito, recorda, por sua vez, o papel precursor e isolado que os bispos e outros religiosos tiveram desde o início contra a guerra. "Nos meados da

década de oitenta, os dirigentes da Frelimo e do Governo tiveram um encontro histórico com representantes de várias denominações religiosas (católicos, anglicanos, protestantes, hindus, muçulmanos, etc.). Nesse encontro, a Igreja Católica, corajosamente e sem rodeios, manifestou a sua posição de que devia terminar o conflito. Foi uma posição que irritou toda a gente e em especial o partido e o Governo. A Igreja Católica foi vexada, insultada e rotulada dos mais diversos nomes. Quando se anunciou o encontro Chissano-Dhlakama, do Rovuna ao Maputo, nasce a esperança da paz tão ansiada. Ficámos todos aliviados ao ver os órgãos de comunicação informarem que se realizou finalmente o frente-a-frente entre os dois. Temos esperança".

Na mesma linha de pensamento, o cardeal de Maputo, D. Alexandre dos Santos, acaba de exortar o Presidente Chissano a ser "flexível" nesta oportunidade única, e última, que se abre aos moçambicanos.

Os últimos números conhecidos indicam que, desde o início do conflito entre a Frelimo e a Renamo, morreram 900 mil pessoas, dois milhões e meio vivem longe das suas regiões e um milhão e meio estão refugiadas em países vizinhos.

A seca, outro flagelo, fez, juntamente com a guerra, generalizar a fome e a doença a todo o país — que é considerado pelo Population Crisis Committee, há três anos seguidos, a zona de maior sofrimento humano do mundo.

Sozinho, o Estado não está em condições de enfrentar a situação, pelo que os seus responsáveis estão a dirigir crescentes apelos de ajuda à comunidade internacional. A catástrofe está iminente. Só a paz pode impedi-la.

de 1 dia

Fernando Lima*
em MAPUTO

EM TEMPO de cimeira e reconciliação, Afonso Dhlakama usou esta semana, pela primeira vez, os microfones da Rádio Moçambique para expressar os pontos de vista da Renamo sobre o processo de paz.

Foi com alguma surpresa, mas com renovada esperança, que milhões de moçambicanos escutaram Dhlakama na hora nobre da emissão nacional da rádio estatal, tecendo longos comentários sobre o significado da «nova abertura» que o facto faz transparecer.

E que, em 15 anos, os ovinos habituaram-se a escutar palavras duras, que nem mesmo a cimeira de Roma fizera interromper, para caracterizar Dhlakama e os seus homens. O mesmo noticiário que mencionava com deferência ao presidente da Renamo referia imediatamente a seguir «um massacre atribuído à Renamo».

«Armas limpas»

Na noite de quarta-feira, um telespectador da televisão local dizia, com esperança, que a chuva miúda caída na madrugada do primeiro encontro entre o Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama «limpara as armas do sangue para não mais matarem».

«O que é preciso é que eles se entendam», sublinha José Amiano, um operário fixo da cintura industrial de Maputo, quando interrogado pelo EXPRESSO sobre as expectativas da cimeira de Roma.

De um modo geral, os depoimentos recolhidos despiam a ideologia e marcaram distâncias, exigindo basicamente o fim da guerra.

Este sentimento marca, contudo, um sinuoso percurso, desde os tempos em que os homens da Renamo eram vulgarmente conhecidos por «bandidos armados» ou «matasangas», nome ainda utilizado com frequência nas zonas rurais, onde as mensagens oficiais transmitidas através do éter não penetram com a mesma celeridade que nos centros urbanos. Quinze anos de guerra mudaram contudo muita coisa. O distanciamento em relação aos contendores no conflito aumentou, mas o desejo genuíno de paz é cada vez mais imperioso.

A violência no campo reduziu a matagal terrenos férteis, transformando centenas de milhares de moçambicanos em refugiados na sua própria terra, vivendo dependentes da caridade internacional.

As cidades, ironicamente, regurgitam de visturas novas e produtos importados da África do Sul, «do Rovuma ao Maputo», fruto do novo «laissez faire, laissez passer» em que se transformou a política económica governamental.

Os cidadãos são contudo prisioneiros de luxo, acelerando impotentes as visturas importadas dentro do perímetro urbano. A maior parte dos troços rodoviários são alvos potenciais de emboscadas da Renamo, funcionando as colunas militares como alternativa.

«Achas que é desta que eles se entendem?», assim devolve a pergunta do EXPRESSO uma assistente de cabeleireiro com um sorriso desconfiado bailando nos lábios.

É a dúvida e o cepticismo instalado nas mentes que esperam há dois anos que Roma produza resultados. Chissano demonstra estar consciente do cepticismo que paira entre a população urbana. Com ar cansado, reconheceu em Roma, depois de sucessivos encontros com Dhlakama, que o tempo foi escasso para a preparação da cimeira, mas que era necessário um esforço para que pelo menos as armas se pudessem calar. E que a paz fosse alcançada.

Apoios à reconciliação

Partidos políticos, organizações religiosas e associações cívicas deram o mote de apoio à reconciliação. Mais significativamente, a influente associação dos antigos combatentes da luta armada da Frelimo expressou publicamente o apoio a Chissano, encorajando-o mesmo a fazer concessões, depois de o chefe de Estado ter garantido «o apoio total das forças armadas ao processo de paz». Quando as primeiras notícias chegaram de Roma na manhã de quarta-feira, traduzindo sobretudo o optimismo de Dhlakama após o primeiro frente-a-frente, muitos despiram momentaneamente o manto de cepticismo com que se habituaram a proteger.

«Parece que as coisas começam a andar», comenta João Inácio, entre dois estíopes num cabo de acelerador de um carro que testa numa oficina improvisada em plena via pública. Quando Dhlakama «entrou» na emissão nacional na

tarde de quarta-feira, mais que a retórica política triunfalista e confiante do líder da Renamo, a sua mensagem funcionou como senha para algo de novo que poderia vir a acontecer até ao fim-de-semana: a assinatura do cessar-fogo. Com alguma surpresa, os ouvintes da Rádio Moçambique verificaram que Dhlakama se «expressa bem em português» e «fala com convicção das suas posições», levantando dúvidas no seu subconsciente devido à imagem que haviam criado ao longo dos anos. Os jornalistas, eternos críticos, sugerem lições aceleradas do Dinfo de Portugal e os cursos de relações públicas na Suíça.

Vinte e quatro horas depois, Chissano traz os ouvintes de novo à realidade. Progressos ouve, mas trégua ou cessar-fogo ainda não estão definidos no horizonte. Está quase confirmado que viajará para Maputo apenas com uma declaração política na bagagem.

«Ainda não é desta», comenta resignado o guarda do meu prédio na Julius Nyerere.

com Lourenço Joséias
em Roma

Portugal congratula-se

O GOVERNO português declarou-se ontem disposto a continuar a dar o apoio necessário ao processo de negociações para a paz em Moçambique, congratulando-se com o compromisso estabelecido entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, de assinarem o acordo para a paz em Moçambique até ao dia 1 de Outubro. «O Governo português, que tem participado como observador nas conversações de Roma, mantém a sua disposição em continuar a apoiar Moçambique em tudo o que possa contribuir para instaurar a democracia», lê-se no comunicado divulgado ontem. O mesmo documento reafirma a disponibilidade de Lisboa para «apoiar a reconstrução do país e encorajar as duas partes a prosseguir com determinação as negociações até à próxima assinatura do acordo geral de paz».

Rescaldo da cimeira de Roma

AGORA que Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama já deixaram Roma, começam a surgir entre os observadores mais cépticos algumas dúvidas sobre se, no dia 1 de Outubro, as armas já se terão calado em Moçambique. Para que isso seja verdade, é necessário que a Assembleia da República, em Maputo, aprove antes dessa data todos os documentos que as duas partes ainda terão de negociar em Roma, e ainda que, até lá, as Nações Unidas criem um grupo especial de observadores para a fiscalização do cessar-fogo em Moçambique, conforme pretende a Renamo.

Dhlakama desmentiu-nos que esteja a fazer «render o peixe» até se verificar qual o resultado das eleições em Angola (que deverá ser precisamente conhecido durante os primeiros dias de Outubro), mas a verdade é que não vai ser fácil a duas delegações cansadas — a elas, aos medianeiros e aos observadores — permanecer durante o próximo mês e meio em intensos trabalhos romanos, sem ao menos uma simples semana de férias.

Ainda não está assente que os números propostos pela mediação para os três ramos das Forças Armadas sejam aceites por ambas as partes, há o complexo problema dos grupos armados privados, que não são da Frelimo nem da Renamo, há o Serviço de Informações e Segurança do Estado, há a despartidarização e reestruturação das forças policiais até agora afectas ao regime e nas quais a Renamo também quer colocar os seus homens. Há o calendário de implementação do processo eleitoral, há a comissão de supervisão do cessar-fogo e de controlo dos acordos entre as partes.

Este vasto rol é apenas uma parte dos pormenores que terão de ser acertados ao longo das próximas semanas na comunidade romana de Santo Egidio, coordenada pelo professor Andrea Riccardi e por D. Matteo Zuppi, porque para além dele terão de se abordar as garantias específicas que cada uma das partes pretende para o período de aproximadamente um ano que há-de mediar entre o cessar-fogo e a realização das eleições, da revogação dos artigos constitucionais contestados pela Renamo, das modalidades do cessar-fogo, do critério de libertação de prisioneiros, da destriça entre prisioneiros políticos e presos de delito comum, dos órgãos e modalidades de observação e controlo do cessar-fogo ou do papel internacional nesse processo.

É de tudo isso que as duas delegações moçambicanas, desde há mais de dois anos presentes em Roma, o deputado socialista italiano Mário Raffaelli, o arcebispo da Beira, os homens de Santo Egidio e os observadores de Portugal, EUA, França, Grã-Bretanha e ONU terão de tratar, sem falta, até meados de Setembro.

Como nada ainda se fez nomeadamente para que a ONU crie um grupo especial de militares, policiais ou observadores civis a enviar para Moçambique, como a Renamo não parece inclinada a aceitar que em vez da ONU os fiscalizadores pertençam a diversas nacionalidades, sem capacetes azuis, e como um calendário operacional do cessar-fogo também terá de ser devidamente delimitado, não é de se excluir que se possa chegar daqui a dois meses e ainda haver guerra.

Os muitos cessar-fogo por cumprir a que nos últimos anos se assistiu na Croácia, na Bósnia, na Somália e noutras regiões levam sempre a encarar com cepticismo a ideia de que se elaboram uns quantos documentos e de que, em Outubro, já estarão resolvidos todos os problemas de Moçambique, pois não é nada fácil normalizar a situação num país onde há mais de 15 anos se luta e onde a seca veio agravar os males de um povo cujo rendimento anual per capita não ultrapassa os 100 dólares.

Bem sabemos que há quase um mês o Governo e a Renamo se comprometeram a garantir a livre circulação de pessoas e meios que sob as bandeiras da ONU ou da Cruz Vermelha, estivessem empenhadas em acções humanitárias, mas ainda não temos notícias de um acesso generalizado das equipas de socorro a toda a população afectada.

É esta diferença, entre aquilo que se escreve num papel e o que depois acaba por se concretizar no terreno, que leva muitos cépticos a recear que, em Outubro, ainda não tenha acabado a guerra, nem principiado a desmobilização das forças de uma e outra parte, com vista à formação de um exército unificado e despartidarizado.

A cimeira de Roma foi, decerto, um passo que tinha de ser dado, mas depois dele muitos outros haverá ainda a dar até que comece verdadeiramente a diminuir o sofrimento dos 16 milhões de Moçambique, do Rovuma ao Maputo. ■

— afirma o Presidente Joaquim Chissano ao "Newsweek"

Domingo
02/08/92

DURANTE a sua visita aos Estados Unidos, o Presidente Joaquim Chissano concedeu uma entrevista ao semanário norte-americano "Newsweek", ao longo da qual analisa alguns aspectos cruciais do processo de paz moçambicano, oferecendo, nesse contexto, alguma luz quanto aos desenvolvimentos que poderão verificar-se em Roma, quer no quadro das discussões em curso na Praça de S. Egidio, quer mesmo em relação ao que ele próprio poderá discutir no encontro com Afonso Dhlakama.

Nas suas declarações, Chissano faz prevalecer o seu tradicional discurso de moderação. Afirma, logo no início da entrevista, que "a paz pode chegar a qualquer momento", mas reclama que a Renamo mantenha um calendário provendo o cessar-fogo "pelo fim do ano".

Ao abordar o curso das discussões sobre questões militares, Chissano dá a entender que as posições da Renamo vão no sentido de garantir que Dhlakama participe nas futuras "Forças de Defesa Nacional" com metade do total dos efectivos — do que se poderia "compreender" a proposta de um pequeno exército integrado por 15 mil homens, pois de contrário, "a Renamo é capaz de não ter homens suficientes". "Eles afirmam terem 20 mil homens, mas a tendência é pensar que o número está abaixo disso",

acrescenta Chissano.

No quadro do ponto IV da agenda de Roma, relativo a garantias, o Presidente da República coloca a possibilidade de a Renamo vir a pedir garantias sobre o que poderá resultar das eleições gerais multipartidárias. Ao Governo, diz Chissano, a Renamo deverá dar garantias de que "eles não vão esconder armas no mato, para usá-las caso as coisas se tomem politicamente difíceis para eles; depois das eleições. A Renamo deverá garantir ainda "cooperação para se pôr cobro ao banditismo a seguir às eleições", depois do que passar-se-á a discutir as modalidades técnicas do cessar-fogo e o respectivo calendário operacional, conforme determina a agenda de Roma.

Interrogado sobre se a Renamo "poderá transformar-se em partido político", Chissano deixa a entender que, apesar de a Renamo ter "conseguido qualquer coisa desde 1990" precisaria de mais tempo para se reconverter em força política. "Tiveram dois congressos (desde 1990 — o primeiro em Junho desse ano e o segundo em Dezembro do ano passado), produziram novos estatutos e tiveram eleições para os corpos directivos do seu movimento. Ratificaram o processo de paz para terem mais tempo. Se precisam de mais tempo, não tenho a certeza". — ("Newsweek", de 27 Julho de 1992).

Sindicato moçambicano autonomiza-se da central

PUBLIC.

QUARTA-FEIRA, 5 AGOSTO 1992

O SINDICATO moçambicano dos Trabalhadores de Indústria de Construção e Minas decidiu tornar-se autónomo e independente "de qualquer tutela política administrativa", referiu à agência de notícias Mediafax o secretário geral da central sindical Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM).

Este é o primeiro dos 14 sindicatos nacionais criados pela

OTM a pronunciar-se pela autonomia, à luz da lei 23/91 sobre a liberdade sindical, aprovada pela Assembleia da República moçambicana em Dezembro último.

O próprio secretário-geral do sindicato não estava à espera desta decisão. Em declarações à Mediafax, José Albino disse que quando convocou a sessão do conselho nacional do sindicato não era previsível que, como re-

sultado do debate, os "associados decidissem pela declaração da autonomia e independência em relação à OTM".

O sindicalista, contudo, declarou-se satisfeito com a decisão, dado que a OTM não tem funcionado como central sindical mas "como uma pesada máquina político-burocrática". Deste modo, continuou, a Organização dos Trabalhadores é incompatí-

vel com as transformações políticas e económicas que se operam no país. "Ou a OTM muda radical e rapidamente, passando a funcionar de facto como uma central sindical ou arrisca-se a ficar uma estrutura isolada sem nenhuma inserção no seio dos trabalhadores".

O secretário-geral da OTM disse à Mediafax que a central sindical ainda não se tinha debruçado sobre esta "declaração de independência" dos trabalhadores da construção civil, madeiras e minas, declinou fazer qualquer comentário mas confidenciou que tinha sido "com surpresa" que tomara conhecimento da decisão. ■

Chissano-Dhlakama: o primeiro abraço

ESPRESSO, SÁBADO 8 DE AGOSTO DE 1992

Nicole Guardiola em ROMA

UM COMPROMISSO formal para a assinatura de acordos de paz até dia 1 de Outubro foi o resultado do «encontro histórico» — o primeiro — entre o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que terminou ontem de manhã em Roma.

Após três dias de cimeira, Chissano e Dhlakama apertaram as mãos e abraçaram-se, pela primeira vez, ratificando assim publicamente aquilo que medianeiros italianos descreveram como o «primeiro resultado concreto» de um longo e árduo processo negociado, iniciado há dois anos e no qual têm estado envolvidos vários países africanos e europeus.

No seu discurso final, após a cerimónia de assinatura dos protocolos acordados, o Presidente moçambicano comprometeu-se solenemente a permitir o envio imediato de ajuda humanitária para «todas as regiões e todas as

populações do país». O líder da Renamo mostrou-se, porém, mais prudente, respondendo aos jornalistas que «a reabertura das estradas bloqueadas ainda vai levar algum tempo».

Embora Joaquim Chissano tenha garantido «não estar arrependido» de ter ido a Roma, na delegação moçambicana era perceptível alguma decepção, por as conversações da capital italiana não terem sequer permitido o estabelecimento imediato de um cessar-fogo, o qual só entrará em vigor quando for assinada a paz.

Pelo contrário, Afonso Dhlakama, que foi o último a falar, de improviso, estava exultante e aproveitou para felicitar o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, por ter convencido Chissano a aceitar a cimeira que ele, Dhlakama, afirmou ter proposto «há mais de três anos», mas que a «Fretilim sempre recusou».

Os observadores, entre os quais Portugal, tiveram um papel discreto e só o empresário britânico Tiny Rowland — «patrão» da Lonhro, uma das empresas com maiores interesses na África Austral —, em cujo aviso particular visita Dhlakama, teve direito a palavras especiais de agradecimento.

Segundo os representantes portugueses, António Scenfelt, «observador permanente», e Alvaro Mendonça de Moura, chefe de Gabinete de Durão Barroso, a próxima fase das conversações «é a mais decisiva, porque dela dependerá o futuro de Moçambique», não sendo «fácil implementar o cessar-fogo, criar um Exército único e preparar o país para a paz».

a difícil estabilização

PARA Nelson Mandela, o êxito das «acções de massa» promovidas esta semana pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e seus aliados teve um significado idêntico à vitória de Frederik De Klerk no referendo de Março: a maioria negra consagrou-o inequivocamente como o seu principal líder, da mesma forma como a população branca da África do Sul demonstrara o seu apoio às reformas políticas do seu Presidente.

«Já que não temos direito a voto, esta foi a nossa maneira de manifestar a nossa vontade», disse o bispo Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz, que aproveitou a oportunidade para apelar ao Governo branco para «aceitar a resposta de um povo que quer um Governo de transição».

Para a maioria dos analistas, estão agora criadas condições para uma nova fase de negociações entre o ANC e Pretória, uma vez que não restam mais dúvidas de que o ANC ainda detém o seu maior trunfo negocial — a capacidade de promover grandes mobilizações populares.

Durante dois dias consecutivos, uma greve geral de carácter «bertamente político conseguiu paralisar o país. O comércio manteve-se encerrado, as escolas não funcionaram, os transportes públicos não saíram para a rua. Em suma, os militantes e simpatizantes do ANC provaram ter a força suficiente para abalar os alicerces de uma economia que já mergulha numa profunda recessão desde há três anos.

Na quarta-feira — e culminando uma estratégia de pressão deliberada —, o ANC conduziu até à porta do edifício onde está sediado o Governo, em Pretória, uma multidão estimada em cerca de 70 mil pessoas, para assistir ao comício de Mandela — o próximo Presidente da África do Sul —, como Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC, o apresentou aos microfones.

ANC com novo fôlego

O optimismo de Ramaphosa corresponde àquilo que os observadores consideram ser o novo fôlego do ANC. Ainda até há pouco tempo atrás — e principalmente desde que o diálogo foi interrompido, em meados de Junho — era cada vez mais questionada a real força negocial do movimento liderado por Nelson Mandela.

Muitos notavam que o Presidente De Klerk, com a sua estratégia de cativar simpatias e con-

fiança no exterior (que, aliás, produziu recentemente o levantamento de diversas sanções à África do Sul), tinha conseguido neutralizar, aos poucos, uma outra «arma estratégica» fundamental do ANC — a do apoio internacional à condenação do regime de Pretória.

Depois das atitudes, mais ou menos ostensivas, de ruptura assumidas por ambas as partes, tanto De Klerk como Mandela mostraram esta semana uma nova disposição para a reconciliação.

«Espero com impaciência o dia em que o senhor Mandela venha visitar-me ao meu escritório, como o fez no passado», disse De Klerk, algumas horas depois de o seu adversário político ter discursado à porta do Gabinete presidencial. E agradeceu ainda aos dirigentes do ANC «por se terem esforçado em evitar a explosão de violência que se chegou a temer».

Apesar dos elogios, os dois primeiros dias de protesto foram mesmo assim marcados pela morte de quase quatro dezenas de pessoas e pelo ferimento, a tiro, de dois jornalistas que cobriam a greve no violento «township» de Sebokeng, próximo de Joanesburgo. Um deles, Phyllipe van Niekerk, colaborador do EXPRESSO e editor da secção de política no «Weekly Mail», um jornal local, foi alvejado na face, mas encontra-se fora de perigo.

ONU mais activa

O tom mais moderado que De Klerk parece ter readoptado a meio desta semana pode ser um sinal de que o Governo reconhece a necessidade de ser mais flexível face às 14 exigências que o ANC apresentou para regressar à mesa das negociações.

Para Willem Kleynhans, um dos mais prestigiados comentadores políticos do país, com a massiva adesão à greve geral a maioria negra disse em definitivo que jamais aceitará uma Constituição que conceda poderes especiais de veto aos brancos.

Nas declarações aos jornalistas, De Klerk deu a entender, nas entrelinhas, que o seu Governo poderá voltar a discutir a possibilidade de a futura Assembleia Constituinte vir a ser formada a partir da realização de eleições livres e gerais.

Entretanto, e na sequência das decisões tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no mês passado, uma equipa de observadores da ONU já acompanhou a evolução dos

acontecimentos desta semana. Também a acção de Cyrus Vance, antigo secretário de Estado dos EUA e recém-nomeado por Boutros Ghali como seu representante pessoal para a África do Sul, deu já alguns frutos, nomeadamente os contactos entretanto mantidos secretamente entre dirigentes do ANC e do Governo.

A participação mais activa da ONU na mediação da crise sul-africana é considerada essencial para controlar a violência étnica e política. Especialmente porque, até agora, tem faltado um árbitro internacional e independente para julgar as acusações do ANC sobre as alegadas ajudas do aparelho militar e policial ao Inkhata.

E se o processo de negociações ganhar a nova dinâmica que se espera, a presença de homens da ONU em solo sul-africano constitui, sem dúvida alguma, um elemento de estabilização e de pacificação para uma África do Sul democrática.

ANDA não foi desta vez que a normalização político-social na África Austral conheceu o grande impulso que alguns esperavam. Na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC) promoveu uma paralisação geral para provar ao atual Governo minoritário branco, as «outras forças oposicionistas negras e ao mesmo que continua a ser o principal grupo de oposição negra — tentando convencer assim ao Governo de Frederik De Klerk que o movimento de Nelson Mandela é um — ou — o? — parceiro incontestável.

Em Roma, o Presidente mozambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Resistência, Afonso Dhlakama, apertaram pela primeira vez o mão, mas os resultados do encontro ficaram muito aquém das expectativas: um cessar-fogo ao conflito mozambicano continua por declarar, tal como não foi estabelecida a data e o local para um segundo encontro entre os dois homens, que poderá realizar-se em Caboverde.

Em Angola, entretanto, o processo eleitoral continua ao ritmo habitual de avanços e recuos, com MPLA e UNITA a afirmarem as suas campanhas eleitorais. As expectativas para a cinquentésima Conferência para a Coordenação e o Desenvolvimento da África Austral (KADOC, que agrupa nove países da região), que se inicia no dia 17 na capital namibiana, Windhoek, não são mais as melhores: uma altura, um armistício em Moçambique poderá estar ainda por declarar e um dos principais temas do encontro — a adesão ou não da África do Sul ao grupo — poderá ter sido «sursisado» pelos acontecimentos desta semana e pelas ondas de choque que eles irão suscitar nas próximas semanas.

Deja como for, não é de excluir um «sharings» para que a paz em Moçambique seja então alcançada, regressando a África — política e finalmente. A única crítica para a reunião de Windhoek é, porém, que o grande tema da agenda será o do reconhecimento da integração económica da região, em função da evolução na África do Sul.

SEXTA-FEIRA 7 AGOSTO 1992

Tiroteio em São Tomé

UMA TROCA de tiros entre policiais e militares provocou ontem de manhã o pânico na cidade de São Tomé. Cerca de 40 militares tentaram invadir uma esquadra para libertar dois soldados detidos pela polícia, gerando-se um tiroteio que, apesar de aparatoso, não provocou vítimas. Os incidentes entre as duas forças têm-se repetido nos últimos tempos e fizeram já três feridos. Além de uma intensa rivalidade, a tensão aumentou com um recente anúncio do aumento do salário dos policiais. O Estado-Maior reuniu-se entretanto de emergência e o Conselho de Ministros das quintas-feiras foi interrompido pelo incidente. e